

HOMENAGEM A PEDRO BAPTISTA

Saúdo e felicito a organização deste Colóquio¹, tão oportuno como necessário e agradeço o convite para falar de alguém que conheci profundamente e a quem me ligaram laços de estima e admiração desde as excitantes e ilusórias auroras cantantes, rapidamente caladas pelos acontecimentos e pela Razão do pós-25 de abril, até às amarguras das realidades que vivemos a que, mesmo assim, cada um à sua maneira, continuou tentando, pela acção e reflexão, dar sentido e sossego.

Recordo uma conversa havida há muitos anos, e cujo mote ele repetiria em entrevista pública, acerca do Porto, o novo Porto com que ele sonhava: centro da sua noção de liberdade, não como abstracção lírica, mas como exercício de e na vida.

Pedro Batista dissera-me mais ou menos: queria encontrar nas esquinas e nas tertúlias dos cafés o Bruno² – aquele a quem os “formigas brancas”, a mando de Afonso Costa, espancaram – e ainda o Leonardo Coimbra, o Pascoaes, o Newton de Macedo, o Álvaro Pinto; flanar com eles e com outros nestas ruas onde as bombardas miguelistas feriram porventura menos os portuenses e Portugal do que a contemporânea inclinação grotesca e de cariz colonial do país em relação a uma capital sanguessuga de recursos e de pessoas.

Baptista, pensador – e é esse que eu hoje exclusivamente recordo, nas relações comigo – sonhava, como nós todos, creio, num Portugal mais culto, governado por alguma sabedoria – não se pode pedir demais, não é? – onde a reflexão se fizesse num respeito intrínseco da Liberdade e na clarividência de elites, as possíveis, firmes e humildes, como é próprio de verdadeiros dirigentes. Continua a não ser proibido sonhar!

¹ Não sendo 1820 o tema concreto que aqui me traz, um comentário me é obrigado sobre as ausentes comemorações nacionais dessa data. Fosse apenas a ignorância – certa! – dos nossos dirigentes e tudo seria mais compreensível. Mas não, trata-se de um processo de aculturação, dirigido pelos nossos mandantes, tentando pela via da História minimizar aspectos do nosso passado recente, com implicações fundamentais no Portugal de hoje: a Revolução de Agosto de 1820 e a importância capital da cidade do Porto nessa revolucionária transformação. O contraste com a estrutura e os meios criados para comemorar os futuros 50 anos do 25 de Abril são também prova dessa manipulação, até porque, a “grandiosidade” estrutural e, sobretudo, o mandatário político desse gabinete, fazem-nos temer o pior nesses outros manuseio dessa também importante data do 25 de Abril.

² José Pereira de Sampaio (Bruno), 1857/1915.



Dou-vos, hoje, três apontamentos apenas, correspondendo a três obras do homenageado, que particularmente acompanhei e me dizem, e que bastam para o objectivo procurado.

Porque um testemunho é, por assim dizer, o “eu” a entrar por e com o “ele”, chamo a obra “O Mundo a Fazer”³, que tive o gosto de editar com a *Orfeu* (Bruxelas), onde, em páginas selectas de muitas outras, analisava, figuras e factos fundamentais do Portugal contemporâneo.

Num criacionismo, mitigado, diga-se, mas assumido na sua vertente mais prospectiva, na senda Leonardina, claro, e no seguimento do seu discípulo Álvaro Ribeiro: “o homem não é só o herdeiro de uma filosofia feita, é também o obreiro de uma filosofia a fazer”, Baptista procurou fabricar essa nova abordagem, numa selecção tão motivada quanto não-inocente. O rol temático não foi aleatório, mas antes motivado, política e filosoficamente comprometido. A presença de José Meirinhos e de Rui Moreira na apresentação caucionou uma obra importante para a cultura portuguesa, na abordagem político-cultural dos séculos XIX, final, e do século XX.

Inevitável foi também a tónica altamente política – em honroso senso – que deu à sua história da primeira Faculdade de Letras do Porto e do Norte. Dela, em *O Milagre da Quinta Amarela*⁴, apesar da fabulosa plêiade de homens que influenciaram fortemente o melhor de Portugal, acreditava que derivaria, se tivesse continuado, o tal “Portus Cale” culto, livre e progressivo.

Rapidamente se apercebeu o regime pós-28 de Maio da perigosidade, do carácter subversivo de tal instituição, onde o pensar “descia à rua”, sem nenhum rebaixamento da exigência, do rigor, mas afirmando a sua conexão íntima com o mundo, que pretendia deveras transformar – exemplo, “hélas!”, sem fruto na Academia pós-25 de Abril.

Convivi de perto com a construção desta obra. Aprendi com a sua denúncia do republicanismo militante e triunfante na sua dogmática, no seu endeusamento e usurpação do Estado, na violência demasiado presente e, sobretudo, nos seus aspectos cabotinos e inscientes. Recordamos em conjunto todas as misérias de um regime, que não aproveitou, “não quis saber” daqueles que, na Renascença Portuguesa, na Seara Nova e na Faculdade de Letras/ Casa Amarela do Porto, propunham ao regime, um caminho verdadeiramente novo, revolucionário mesmo, no sentido nobre do termo, porque pensado, social e patriota.

³ Pedro Baptista, *Um Mundo a Fazer*, Ed. Orfeu, Bruxelas, 2013. Ainda em homenagem a Pedro Baptista, oferecemos a cada participante no colóquio um exemplar desta obra.

⁴ Pedro Baptista, *O Milagre da Quinta Amarela, História da Primeira Faculdade de Letras da Universidade do Porto (1919-1931)*, Universidade do Porto Editorial, 2012.



Ficaram-nos, entre muitos outros sinais negativos: a invasão toponímica de vilas e cidades da nomenclatura republicana – bem viva ainda hoje –, recordamos de novo a agressão a Sampaio Bruno, o assassinio de António Granjo, os 11 camponeses mortos no Motim de Lamego, as querelas de poder que abatiam, em horas, ministérios eleitos e, concluíamos, pesarosos: como não dar no que deu – a ditadura?

Uma terceira obra: *O Filósofo Fantasma*⁵. É a terceira, mas prima sobre todas no que representa de activa colaboração com o nosso filósofo.

Um dia, à volta de 2008, na nossa Foz do Douro, Pedro, entusiasmado e entusiasmante, oferece-me o livro de Rodrigo Sobral Cunha, “Filosofia do Ritmo Portuguesa”⁶. Não sendo textual, disse-me: assisti, em Lisboa (creio eu), a esta conferência-apresentação e não imaginas o quanto me abalou positivamente o tema e o modo. Temos de convidar o autor a vir aqui à Foz, ao Molhe, para defronte daquelas vagas – nada há de mais rítmico! – afrontarmos o tema, tão singular.

É certo que Rodrigo não saiu do seu Monte da Lua para a Foz (ainda não para já), mas semeou no Pedro e, de ricochete, em mim, um grão que frutificou.

Pedro avança na pesquisa, pediu-me, ou eu me achei – é indiferente – numa procura com muito de policial e deveras emocionante, para além de uma funda importância para o pensamento português.

Personagens e suas teses, que eram apenas nomes, passam a tema. Da superior sociedade de gestão colectiva de Lasbax, à procura da “Moral, sem obrigação nem Sanção”, de Guyau, passando pela física ondulatória de Broglie e pelos passos políticos do “Fantasma” no seu exílio brasileiro, tudo isso se somou à feliz e longa citação sobre a Ritmanálise, de Gaston Bachelard, na sua *Dialectique de la durée*⁷, de 1936.

Ligo-lhe: “encontrei algo muito importante” – “Não me digas, a Ritmanálise?” – “Essa ainda não, mas uma comunicação ao Congresso Brasileiro de Escritores, de 1945: *A Filosofia do Momento Actual*”.

E a excitação continuou...pelos arquivos da Fundação Getúlio Vargas, pela sociedade de Psicologia do Rio de Janeiro, pelos oposicionistas, Os Budas, pela II Guerra e a opção Aliada de Lúcio, pelas variações políticas internas ao Brasil, as bibliotecas e os arquivos.

O Filósofo Fantasma acrescenta o Homem à *Filosofia do Ritmo* de Sobral Cunha. Ambas as obras são agora inseparáveis e fundamentais para a continuação do estudo dessa importante variante do criacionismo, concebida por Lúcio Pinheiro dos Santos.

⁵ Pedro Baptista, *O Filósofo Fantasma*, edição Zéfiro (Colecção Nova Águia), 2010.

⁶ Rodrigo Sobral Cunha, *Filosofia do Ritmo Portuguesa*, edição Serra d’Ossa, 2008.

⁷ Gaston Bachelard, *La dialectique de la durée*, éditions Boivin, 1936.



A dedicatória com que Pedro Baptista me honrou no seu livro, comprometeu-me, sobretudo após o seu lamentoso desaparecimento, no caminho infundável da Filosofia Portuguesa, dos herdeiros espirituais da Casa Amarela, no Ritmo inseparável da memória, do labor e da prospeção futura, caminho irrefragável para a felicidade de Portugal.

JOAQUIM PINTO DA SILVA

*

Uma evocação de Pedro Baptista e do seu papel na organização das Comemorações do Bicentenário da Revolução Liberal do Porto, pelas funções que ambos desempenhamos, requer uma abordagem, ainda que breve, do nosso relacionamento de mais de quatro décadas.

Entrei para o ensino superior nos finais de 1972, após ter feito o exame de aptidão ao Instituto Superior Técnico, uma vez que tencionava estudar engenharia civil. Tinha ido fazer o exame de aptidão a Lisboa em virtude de ser muito mais acessível do que no Porto – como, aliás, se comprovou, pois dispensei da oral –, mas quando me dirigi às instalações do Instituto para o realizar fui informado, assim como as dezenas de candidatos que aguardavam no portão da Rovisco Pais, que o exame não se efectuaría naquele dia, e que a nova data nos seria entretanto comunicada. A razão da não realização do exame devia-se ao facto de um ou dois dias antes, o estudante de Direito José António Ribeiro dos Santos ter sido assassinado por um agente da PIDE num *meeting* contra a repressão que decorrera nas instalações do então ISCEF, o que provocara uma onda de protestos e agitação estudantil, nomeadamente no Instituto Superior Técnico, então uma das escolas mais politizadas da capital, e os responsáveis do IST temerem que ocorresse um boicote se os exames se viessem a realizar. Aguardei cerca de dois meses pela comunicação da nova data do exame, durante os quais permaneci em Lisboa, tendo a mesma sido finalmente marcada para meados de Dezembro desse ano. Realizado o exame, não no Técnico mas nas instalações de uma escola mais “pacífica”, o então ISCPU – com, volta e meia, a polícia a entrar e a sair da sala – e tendo sido aprovado, solicitei a transferência para o Porto, onde vivia com a minha família. Entrei, então, verdadeiramente, para o ensino superior, para a Faculdade de Ciências do Porto, onde na época decorriam os dois primeiros anos dos cursos de engenharia, passando a frequentar os meios estudantis da cidade. Foi no contacto com colegas de anos mais avançados que ouvi falar pela primeira vez no Pedro Baptista, descrito como um personagem extraordinário, um grande orador, cujas intervenções tinham ficado célebres nos plenários e *meetings* realizados em anos anteriores. Nesta época, finais de 1972 e inícios de 1973, o Pedro Baptista



já se encontrava envolvido na luta política contra o regime, vivendo na clandestinidade há mais de um ano, mas as suas intervenções nas assembleias estudantis ainda estavam bem presentes, sendo relatadas com admiração e, inclusivamente, com contornos épicos.

A partir de então ouvi muitos relatos das peripécias em que o Pedro esteve envolvido, principalmente no movimento estudantil do Porto, no qual se tinha afirmado como um líder indiscutível. E, após o 25 de Abril, vi finalmente pela primeira vez o personagem de que tantos me tinham falado, embora então não o tivesse conhecido pessoalmente. Tal só veio a ocorrer em 1975, através de um amigo comum, infelizmente também recentemente desaparecido, o José Augusto Queirós. A partir de então convivi durante alguns anos com o Pedro, até que os diferentes rumos que a vida de que cada um de nós tomou, e que no meu caso envolveu a retoma dos estudos e a mudança de curso, nos separaram do contacto regular que até então tínhamos mantido.

Posteriormente, encontrámo-nos por diversas ocasiões, mas só a partir dos primeiros anos do novo milénio reatámos o antigo contacto, com alguma frequência. Foi, no entanto, alguns anos mais tarde, numa fase em que a nossa convivência era já bastante regular, que o Pedro me comunicou que tinha a intenção de escrever as suas Memórias, uma iniciativa que saudei e apoiei com entusiasmo, tanto mais que escasseiam em Portugal relatos autobiográficos de personalidades com forte envolvimento político, nomeadamente os que viveram de forma tão intensa os finais do Estado Novo e o denominado Processo Revolucionário em Curso de 1974-75, como tinha sido o seu caso.

Com uma disciplina extraordinária, grande capacidade de trabalho e um ritmo notável, e beneficiando de uma boa memória, o primeiro volume das Memórias ficou rapidamente concluído. Tive o privilégio de acompanhar a sua elaboração, discutir múltiplas passagens e de o auxiliar nalguns pontos específicos, uma vez que uma das minhas áreas de investigação é, precisamente, o período histórico no qual ele tinha tido um forte protagonismo. Mesmo quando se encontrava em Macau enviava-me os capítulos por correio electrónico, ou então telefonava-me através do *FaceTime* pois, dizia ele, gostava de ver as pessoas quando falava com elas. O mesmo se verificou durante a elaboração do segundo volume.

O Pedro convidou-me para a apresentação do livro, tanto do I como do II Volume, tendo ambas as sessões sido realizadas no Átrio da Câmara Municipal do Porto, das duas vezes completamente a abarrotar, o que de certa forma compensou a falta de recensões que o livro conheceu por parte dos “académicos”, não obstante os dois volumes terem constituído um enorme sucesso editorial. Por diversas ocasiões o Pedro revelou-me que talvez valesse a pena escrever um terceiro volume, contemplando os últimos anos da sua intervenção política e cultural, e se não nos tivesse deixado daquela forma tão abrupta creio que o teria escrito.



O mesmo entusiasmo que dedicou à actividade política a qual, aliás, mantinha, incluindo a sua intervenção como independente na lista “Porto, o Nosso Movimento”, colocou-o na organização, relativamente complexa, das Comemorações da Revolução Liberal de 1820, incumbido pela Câmara Municipal do Porto. Constituíam um tipo de desafios de que particularmente gostava. Acompanhei, praticamente em conjunto, as diligências que o Pedro Baptista desenvolveu na organização do programa das Comemorações, nas reuniões da comissão organizadora e nos contactos com diversas instituições, nomeadamente para se encontrar um local que reunisse as condições adequadas para a apresentação ao público da Exposição Comemorativa. A preparação das Comemorações iniciou-se formalmente em Julho de 2018, o que proporcionava cerca de um ano e meio para a sua organização. Embora durante esse espaço de tempo tivesse passado um período em Macau, essa circunstância não causou o mais pequeno problema aos trabalhos organizativos.

A sua principal preocupação na organização do programa das Comemorações, para além de que o seu conteúdo fizesse jus à importância e significado do acontecimento histórico, era que no mesmo se incluíssem iniciativas das instituições da cidade, como exposições, debates, concertos, percursos urbanos, sessões de cinema, visitas e acções didáticas e recreativas, constituindo as Comemorações uma oportunidade para propor aos cidadãos uma reflexão para o futuro. Nesse sentido, foi ele o autor e proponente de um conjunto de iniciativas que ampliaram substancialmente o programa inicial, tais como colóquios, lançamento de livros, ou os percursos à descoberta do Porto liberal, as quais, infelizmente, tiveram de ser parcialmente suspensas em virtude do contexto pandémico que se instalou no país pouco depois da inauguração da Exposição comemorativa. Também foi suspensa uma bem elaborada e imaginativa campanha de divulgação das Comemorações, através de inúmeros expositores de rua, com frases apelativas à participação dos portuenses. Devo ainda acrescentar que o Pedro acompanhou, com grande entusiasmo e satisfação, a elaboração do Catálogo da Exposição, e que teve oportunidade de o ler integralmente antes de ter sido publicado, o que só ocorreu, como é conhecido, já depois da inauguração da Exposição.

Apesar do bom andamento dos trabalhos de preparação das Comemorações e do sucesso que se previa que as mesmas conhecessem, o Pedro Baptista não estava inteiramente satisfeito. Achava que faltava qualquer coisa, que as Comemorações deveriam contribuir para uma melhor compreensão do sentido que o liberalismo assumia nos dias de hoje, assim como do papel que o Porto poderia desempenhar nesse processo. Tencionava, deste modo, incluir no programa uma iniciativa que contribuísse para esses objectivos, embora não existissem ainda ideias muito claras sobre o que seria e como se poderia concretizar.

Entretanto, aproximava-se a data do início das Comemorações, com a inauguração na Casa do Infante da Exposição “1820. Revolução Liberal do Porto”.



Nestas últimas semanas, com o entusiasmo que lhe era conhecido, para além dos múltiplos contactos que efectuou, escreveu vários artigos sobre a Revolução de 1820 e sobre o programa das Comemorações, no *Jornal de Notícias* e no quinzenário *As Artes entre as Letras*, tendo sido entrevistado por vários órgãos de comunicação social. Mantinha, igualmente, os seus interesses culturais – deixou, praticamente concluído, um aprofundado estudo sobre as relações culturais entre Portugal e a China, desde o início da época Moderna –, assim como uma permanente intervenção cívica e política, discursando a convite da comissão organizadora no evento comemorativo do 31 de Janeiro e proferindo na Assembleia Municipal do Porto, na sessão realizada nas vésperas na inauguração da Exposição “1820. Revolução Liberal do Porto”, uma intervenção em que se insurgia com o facto de um deputado municipal do PSD, e também deputado pelo Porto na Assembleia da República, se ter absterido num voto de congratulação pela organização das Comemorações da Revolução de 1820 que tinha sido apresentada no Parlamento, o qual também não fora apoiado pelos deputados do PSD e da maioria dos do CDS. O episódio afectou-o emocionalmente e não coloco inteiramente de parte a possibilidade do mesmo não ter tido implicações nas causas do acidente que o vitimaria na manhã do dia seguinte.

Estamos já no dia 20 de Fevereiro, data do início das Comemorações do Bicentenário da Revolução Liberal do Porto, estando programada, na parte da manhã, uma visita e apresentação prévia à comunicação social da Exposição com que se inauguravam as Comemorações, na qual também estava prevista a presença do Presidente da Câmara e do respectivo Comissário Geral. Madrugador como habitualmente, o Pedro costumava dar um pequeno passeio matinal pelas ruas da Foz do Douro, onde residia. Antes de sair de casa, escreveu na sua página do *Facebook*, “É hoje! Até já!”, referindo-se à visita que dentro em pouco se realizaria e que se preparava para acompanhar. Infelizmente, já não o pôde fazer.

JOSÉ MANUEL LOPES CORDEIRO

*

I – Nascido a 20 de Abril de 1948 e falecido a 20 de Fevereiro de 2020, Pedro Baptista foi justamente lembrado pela sua autarquia como *um grande portuense*. Ao Porto devotava um amor tal que o parecia erigir utopicamente a uma espécie de cidade-estado ideal feita não só daquilo que os sonhos são feitos, mas também da concreta memória, depositária do seu passado liberal e dos escritores e pensadores, sintetizada em *orgulho tripeiro, responsabilidade cívica e nacional*, nas suas palavras evocativas da revolução liberal de 1820, cujas comemorações, em curso, comissariava.



O seu percurso biográfico, desde a luta antifascista aos comprometimentos políticos e cívicos que foi cultivando, é descrito de forma escorreita e solta, aqui e ali intempestiva, e sempre desabrida nos dois volumes de memórias (*Da Foz Velha ao Grito do Povo* [2014] e *Da Revolução Gorada aos Desafios do Presente* [2015]), situadamente redigidos no *exílio voluntário em Cantão e Macau, República Popular da China*.

A sua inscrição política assegura-lhe lugar histórico já atestado, primeiro na formação de um maoísmo português (as referências a esta sua actuação estão historiadas na importante obra historiográfica de Miguel Cardina) e, posteriormente, na pugna regionalista a que dedicou grande parte das suas energias em democracia, sob vários formatos (veja-se a este respeito a biografia que a Câmara Municipal do Porto divulgou e o artigo de Francisco Assis no jornal *Público* de 22 de Fevereiro). Deixou extensa intervenção nos jornais que o atesta.

No entanto, recordar a sua militância cívica não pode nem deve, sob pena de se cometer uma angelista injustiça, subalternizar o autor Pedro Baptista, o homem de letras e o pensador. Não nos deteremos aqui nem nos romances (*Sporá, A Queima do Cão de Palha*) nem nos ricos materiais pedagógicos que foi como docente liceal compondendo, mas destacaremos o volume *Ao Encontro do Halley* [1987], que de alguma forma assinala a sua redescoberta enamorada da cultura portuguesa, terreno de onde não mais sairia. Neste âmbito, homenageamos aqui o historiógrafo e intérprete do pensamento português contemporâneo, em especial da chamada *escola portuense* – da qual sempre validou a irredutível pluralidade, rejeitando leituras monolíticas ou homogeneizantes – e a riqueza do seu labor grupal de ensino e debate, livre e aberto, suscitado pela grande figura de Leonardo Coimbra, fundador da primeira Faculdade de Letras do Porto, barbaramente extinta pela ditadura militar e a que dedicou o exaustivo estudo *O Milagre da Quinta Amarela* [2012], onde compulsa pormenorizadamente os contributos da plêiade magnífica de professores e alunos que, no espaço de uma breve década, enriqueceram de forma indelével a cultura portuguesa, com ainda actuais reverberações. Assim, a sua opção por autores menos atendidos, como Lúcio Pinheiro dos Santos [*O Filósofo Fantasma*, 2010], em cujo pensamento detecta marcas indianas por desocultar, como sublinha; e Newton de Macedo, o mestre helenista, de quem colige as obras completas [2014], que detidamente comenta [*O Pensamento Moral e Político de Newton de Macedo. A Pluralidade na Escola Portuense de Filosofia*, 2010], reforçando o programa teórico de rerepresentação da diversidade interna daquele projecto pedagógico, afim da Renascença Portuguesa. No caminho aberto por Leonardo, Pedro Baptista assumia-se nos *entusiasmado pelo futuro*, movido na confiança de que *o homem não é uma inutilidade num mundo feito, mas obreiro de um mundo a fazer*, lema leonardino que dá título a uma das suas colectâneas de ensaios [2013].



Pedro Baptista insurgia-se contra as visões enclausurantemente paroquiais que dicotomizam castiços e estrangeirados, propondo que só na abertura ao outro é que poderemos ser verdadeiramente quem somos: *A história da cultura dos nossos dois últimos séculos parece-nos indicar a sina de que quando estamos na Europa e no mundo, tendemos para estar connosco, ao passo que, quando estamos sozinhos, nem connosco estamos.*

Tal como o seu patriotismo era plural, sublinhando a irredutibilidade dos contributos regionais para a construção da cultura nacional, também a sua visão da história da filosofia não era a de uma reconsagração do já instituído por um qualquer cânone, mas de uma recuperação do olvidado e do *outro*, atento aos nexos, articulações e diálogos que o pensamento vai estabelecendo com a ciência e a acção *ético-política* no mundo, mas também às expressões literárias tão carecentes de recensão crítica filosoficamente fundamentada.

II – Neste sentido, o seu genuíno universalismo leva-o a intuir desde muito jovem que só por provincianismo cultural poderíamos estudar filosofia ignorando o contributo asiático, e nomeadamente chinês. Assim, vemo-lo muito jovem, em 1960-1970, na Faculdade de Letras do Porto a impor aos professores e colegas o tratamento de um tema à época inesperado e vanguardista: *o taoísmo como tendência materialista na filosofia medieval chinesa: Sigamo-lo: A realidade de chineses pensantes foi adquirida com facilidade, mas teve de ser equacionada... a existência de uma filosofia chinesa foi o diabo... a professora punha as maiores dúvidas, depois oposições, depois confessou que foi apanhada de chofre e que nós devíamos ter avisado porque as coisas não podiam ser assim... avisado de quê? Da existência da China e de chineses? Da existência da cultura chinesa medieval? O debate prosseguiu pelos corredores, alargou-se e continuou na aula seguinte. Com propriedade, o Pacheco Pereira frisou que não podiam aceitar a existência da filosofia chinesa como não podiam aceitar a existência da árabe ou de qualquer outra porque o curso era não de filosofia, mas de filosofia europeia branca! – Talvez pensamento, mas não filosofia – atalhariam as boas almas... Mas quem é o Ocidente para definir a bitola do que é filosofia e do que não é filosofia na Humanidade? E mesmo que se aceitasse esse ponto de vista inaceitável, se considerássemos pensamento e não filosofia, o problema era precisamente o mesmo! Era a conceção colonial e imperialista subjacente ao aparelho ideológico, na versão portuguesa a que aquele curso pertencia, tal como a própria conceção de filosofia, de cultura e de civilização... Mal eu sabia que a Faculdade anterior, dissolvida pelo Salazar em 1927, com efeitos a 1931, para ser substituída por aquele pastiche ruminoso que eu frequentava, estudava e com atenção a filosofia oriental, não por ter uma conceção anticolonial, mas por ter uma conceção universal e aberta, com pretensão civilizada a ser ciência, ou pelo menos a ser saber... Como*



de resto em toda a Europa! Porque se soubesse, abrir-se-ia aí mais uma frente a introduzir fissuras nas barragens inimigas.

Parece-nos poder interpretar a partir deste trecho, inserto na primeira parte das suas memórias [p. 289-290], como o maoísmo foi nele uma primeira forma, incipiente, de sinofilia, uma abertura a uma sinologia por construir, rumo a um universalismo cultural e filosófico que teria necessariamente de incluir o contributo chinês.

Não podemos deixar de sublinhar a justeza desta sua interrogação: como é que um país que tanto se orgulha retoricamente do seu pioneirismo na procura do Oriente nunca tenha criado, desenvolvido e consolidado uma forte tradição científica e cultural sinológica, que tanto o enriqueceria e prepararia para o presente em que estamos e para o futuro a haver? A nossa sinofilia, poética e ideológica, tem de se desdobrar em científica sinologia.

Lemos assim a estoutra luz a evocação de Wenceslau de Moraes que redige em 2009, onde se interroga desencantadamente sobre o que fomos histórico-culturalmente procurar ao oriente exótico: *Algo estranho, exterior a nós? Ou uma parte de nós? Teremos tido capacidade para uma verdadeira abertura, para nos apresentarmos virgens, ou pelo menos desarmados, desalmados, da nossa ocidentalidade, disponíveis para vermos o Outro na sua realidade – seja lá isso o que for! Ou fomos para mais uma vez nos vermos a nós?* [Mundo a fazer, p. 29].

Neste sentido, o próprio Ocidente, no século XXI, para ser livre, teria de ser *livre de ser ocidental*, nesse sentido excludente e imperial que tão longamente se tem imposto.

Esperemos que as suas reflexões ainda inéditas sobre a China, em que há vários anos andava trabalhando, ainda que incompletas, possam chegar a ver a luz do dia. Reunir a sua obra dispersa por volumes colectivos de actas de colóquios e por revistas culturais, literárias e filosóficas será também imprescindível.

Talvez Pedro Baptista tenha, na sua estadia chinesa, retomado, de forma aprofundante e problematizadora, o taoísmo provocatório da juventude. Sabemos que relera os sagazes textos de Marx sobre a Ásia, que andava fascinado pela grandiosa história da filosofia chinesa de que abundantemente se documentou. Acalentava ainda a continuação do projecto de estudo da Filosofia contemporânea portuguesa em Macau, de que saiu uma germinal *Introdução* em 2013, onde chama a atenção para a lacuna que é a ausência de um levantamento sistemático do influxo sinológico que a ligação a Macau inscreveu na cultura literária e filosófica portuguesa. Pedro Baptista foi assim um pioneiro do projecto de estabelecimento do que temos designado como filosofia sino-portuguesa ou luso-chinesa: isto é, o modo como pensadores de base cultural chinesa teriam sido marcados pelo diálogo com a cultura portuguesa e como autores de base



portuguesa, contrapolarmente, receberam e incorporaram no seu pensar a marca chinesa. Pedro Baptista terá visto em Macau o lugar histórico de síntese destas duas possibilidades. O caminho está aberto.

RUI LOPO⁸

⁸ Texto previamente publicado na Revista *Nova Águia* (nº 26, 2º semestre de 2020).

